



A LUTA EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL (1980-1996): OBSTÁCULOS, DILEMAS E LIÇÕES À LUZ DA HISTÓRIA

Lucelma Silva Braga
Universidade Federal do Maranhão – UFMA (Brasil)
Endereço eletrônico: lucelma@hotmail.com

O objeto investigado – a luta em defesa da educação pública no Brasil – é abordado em sua historicidade. Buscou-se compreender o processo de reorganização do campo educacional que se deu a partir do final da década de 1970, no bojo das lutas por mudanças estruturais cujos contornos ficaram mais marcantes no final dos anos de 1950, quando se colocaram claramente os dilemas da revolução burguesa brasileira.

Um dos efeitos mais duradouros do processo de reorganização do campo educacional iniciado nos anos finais da ditadura empresarial-militar foi a criação de entidades associativas, profissionais e acadêmico-científicas que, aglutinadas, potencializaram a luta em defesa da educação pública, elevando-a, ao longo da década de 1980, a um patamar de abrangência ampliada. A luta em defesa da educação pública é entendida neste trabalho como as ações teórico-práticas de organização e mobilização de setores da sociedade civil comprometidos com a defesa da educação pública, gratuita, laica, democrática, de qualidade social, para o enfrentamento dos impactos das políticas liberais e neoliberais do Estado brasileiro, em seus diversos âmbitos e nas diferentes etapas de ensino. No contexto da luta travada por sujeitos políticos coletivos com especificidades e horizontes políticos heterogêneos explicitaram-se as contradições, os dilemas, bem como os obstáculos a serem enfrentados.

A apreensão crítica do objeto e a reflexão acerca dos entraves encontrados para a consolidação da educação pública demandaram situá-lo no movimento histórico de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Nesse sentido, buscamos pensar a questão sobre as razões pelas quais o Brasil chegou ao século XXI sem que a universalização da educação escolar e a erradicação do analfabetismo tenham sido conquistadas, o que implicou análise da *educação na particularidade do capitalismo brasileiro*. As três frentes de luta – *a universalização da educação escolar, a superação do analfabetismo e a reforma da universidade* – se expressaram como problemas nacionais concretos no cenário de lutas pelas reformas estruturais. As mobilizações pelas reformas buscavam impulsionar um tipo de desenvolvimento que estivesse pautado no capitalismo nacional



e democrático e arregimentavam variados setores do campo progressista ligados à defesa do nacional-desenvolvimentismo, como as frações da burguesia, os trabalhadores do campo e da cidade, os estudantes, etc. Nesse período, o Brasil atravessava um momento decisivo no processo de ajuste ao capitalismo monopolista, e a burguesia vivia os dilemas da última etapa de consolidação de sua revolução. Como desfecho dessa disputa, as forças interessadas no desenvolvimento do capitalismo associado dependente deflagraram o golpe, ajustando o Brasil às novas necessidades imperialistas e adequando o Estado brasileiro de modo a desempenhar o seu papel na periferia do mundo capitalista. As transformações mais gerais que foram empreendidas no decorrer da ditadura empresarial-militar, entendida como estratégia de contrarrevolução (FERNANDES, 1986), assim como as reformas educacionais implementadas a partir do lema “desenvolvimento com segurança” situam-se como desbobramentos da referida estratégia.

Como parte das contradições constitutivas da realidade, destacou-se o processo de reorganização do campo educacional, através da criação das entidades acadêmico-científicas, profissionais e sindicais e como elas se aglutinaram para a realização das Conferências Brasileiras de Educação (CBEs), colocando a luta pela educação pública em um patamar inédito de alcance organizativo e propositivo. As CBEs analisadas em suas especificidades e relações com o contexto histórico-político em que foram realizadas, ajudam a pensar os movimentos de avanços e recuos que caracterizaram a luta empreendida pelos educadores na década de 1980 e no início dos anos de 1990, em defesa do caráter público e democrático da educação. Nesse bojo, sobressaíram -se os dilemas da atuação predominante do movimento de lutas no âmbito da institucionalidade burguesa, seus limites e as possibilidades que têm o capitalismo brasileiro e seu Estado de comportarem as reformas democráticas e nacionais, entre elas, a universalização da educação pública e gratuita.

A contrarrevolução desencadeada pelo golpe empresarial-militar permaneceu ativa, mesmo com a sua interrupção, que se deu com o encerramento do regime ditatorial propriamente dito. Esse processo deixou o espaço nacional ainda mais fechado para a realização das reformas burguesas, como a reforma agrária, a reforma política e a reforma educacional expressam na universalização das oportunidades escolares e na erradicação do analfabetismo, entre outros, inviabilizando sua realização por dentro da ordem e por meio da institucionalidade.



Os esforços do movimento de luta pela educação pública protagonizado pelo Fórum no âmbito das audiências públicas na Constituinte e durante a longa e tortuosa tramitação do projeto da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), seus dilemas e os obstáculos que se impuseram aos sujeitos políticos coletivos aglutinados em seu interior revelaram as dificuldades internas e o pouco espaço para reformas substanciais. O Fórum surgiu como uma alternativa aos desafios daquele momento histórico, que exigia uma articulação mais permanente para a atuação que seria desencadeada no âmbito do Congresso Nacional em favor da Constituinte. Buscamos apreender a lógica de funcionamento e a correlação de forças no interior da Assembleia Nacional Constituinte. Os princípios consubstanciados na “Carta de Goiânia”, que resultou da IV CBE, e a Plataforma do Fórum para a Constituinte” serviram de base para as entidades integrantes do Fórum Nacional da Educação em Defesa do Ensino Público e Gratuito participarem das audiências públicas. A força da pressão popular e a capacidade de mobilização do Fórum tornaram possíveis algumas conquistas importantes [não obstante as derrotas], as quais foram incorporadas no Capítulo III da Constituição Federal de 1988 (CF 88). Antes mesmo da promulgação da CF 88, as entidades dedicaram esforços no sentido da consolidação de tais conquistas, propondo as diretrizes e as bases da educação nacional.

As audiências públicas pela LDB ocorreram ao longo de praticamente todo o ano de 1989, momento em que a correlação de forças ainda era relativamente favorável às demandas pela educação pública, possibilitando a “conciliação aberta” dos interesses em disputa (FERNANDES, 1995, p. 53). Esse ano também marcou a última etapa da transição prolongada e “pelo alto”. As tensões entre os projetos em disputa nas eleições presidenciais – neoliberal e democrático-popular – recolocaram na ordem do dia as questões candentes da periferia do capitalismo e tiveram como desfecho o aprofundamento de “tendências que a ditadura empresarial-militar compartilhava, mas que não conseguiu levar tão longe” (FERNANDES, 1995, p. 56). Após as mudanças na legislatura que decorreram das eleições de 1989, as hostes contrárias à escola pública contaram com reforços que concorreram para uma arregimentação ainda maior das forças conservadoras privatistas, o que resultou em perdas substanciais materializadas, entre outros aspectos, no texto da LDB aprovado ao final do ano de 1996.

Antes mesmo da aprovação da LDB, o Fórum assumiu a tarefa de contribuir para elaborar as diretrizes e as metas educacionais para o PNE, diante de um quadro em



que ficava cada vez mais patente a ausência de compromisso político com o planejamento da educação como política de Estado (CARTA DE BELO HORIZONTE, 1996). As principais tendências que envolveram o processo de luta em defesa da educação pública no período (1980-1996) e o modo como a experiência de luta empreendida impactaram no próprio movimento, e indicam os principais desafios que permanecem atuais para todos aqueles que consideram a universalização no Brasil da escola pública, gratuita, laica e de qualidade unitária um imperativo.

Grosso modo, é possível afirmar que a condição periférica e dependente do país nos impôs e impõe ainda obstáculos cuja magnitude precisa ser enfrentada, sem os quais não será possível equacionar os problemas educacionais no país. Entre os desafios, destacamos a atualidade da proposta feita por Florestan Fernandes ainda no início da década de 1980 (CONFERÊNCIA [...], 1982, s/d), acerca da necessidade de construirmos *um novo ponto de partida* que levasse em conta os sujeitos e projetos em disputa, bem como as formas de luta, e as lições que os lutadores nos legaram com a experiência de luta concreta. Um novo ponto de partida requer ultrapassar a fragmentação das lutas educacionais, forjando-as em articulação com os sujeitos históricos – a classe trabalhadora e as camadas populares – únicas capazes de enfrentar os dilemas da formação social brasileira, o que implica a luta pela superação de seus fundamentos.

PALAVRAS-CHAVE: Lutas educacionais. Educação pública. História. Capitalismo dependente.

REFERÊNCIAS

CARTA DE BELO HORIZONTE. Conselho Nacional de Educação (CONED). I CONED, Belo Horizonte, 1996.

FERNANDES, F. Nova República? 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1986.

FERNANDES, F. Tensões na educação. Salvador: Sarah Letras, 1995.

CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, II., 1982, Belo Horizonte, MG. **Anais**. São Paulo: Editora Parma, s/d.